

## A dimensão traumática da exclusão social

Maria Teresa Naylor Rocha<sup>1</sup>

Maria Teresa Silva Lopes<sup>2</sup>

André Luiz Alexandre do Vale<sup>2, 3</sup>

**Resumo:** A exclusão social é um fenômeno que atinge grande parte da população brasileira e nos coloca, enquanto psicanalistas, uma questão ética diante do sofrimento que ela veicula. A partir da reafirmação da exclusão social como experiência traumática, o artigo busca refletir acerca dos aspectos teórico-clínicos envolvidos na prática extensa com populações vulneráveis, moradoras de favelas da cidade do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** exclusão social; trauma; intervenções psicanalíticas; clínica extensa.

Desde 2003, a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ), com seu Programa de Psicanálise e Interface Social (Propis), vem contribuindo de forma sistemática para a ampliação da clínica psicanalítica mediante o desenvolvimento de projetos que se realizam em *settings* diferentes dos convencionais. O Projeto Travessia, integrante do Propis desde 2009, atua diretamente com atendimento à população de algumas comunidades de risco social na cidade do Rio de Janeiro. As reflexões apresentadas neste trabalho têm como base a prática realizada com esta população e são fruto da elaboração dos nove integrantes do Projeto Travessia: os três autores mais Flávia Strauch, Sônia V. Almeida, Marina D. Silveira, Pedro Wainer, Taciana Cavalcante e Tatiana Madureira.

O Projeto Travessia desenvolve ações favoráveis tanto à promoção, proteção e recuperação de saúde integral quanto à melhoria da qualidade de vida de populações vulneráveis, através da associação com instituições socioeducativas locais. As diferentes estratégias terapêuticas são realizadas preferencialmente em grupo, em ritmo semanal. Estes grupos são denominados Grupos de Imaginação e têm como propósito construir um ambiente seguro, propício ao engajamento de todos em uma atividade que facilite o processo elaborativo e representacional.

A experiência clínica com esta população tem se mostrado especialmente desafiadora, exigindo dos envolvidos disponibilidade para acolher e manejar os imprevistos que

1 Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ).

2 Mestre em Teoria Psicanalítica pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica (PPGTP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

3 Agradecemos a contribuição de Claudia A. Garcia, L. C. Figueiredo e M. do Carmo A. Palhares.

caracterizam o próprio *setting*, atravessado por um movimento constante de desorganização e reorganização. Esta experiência frequentemente deixa transparecer como os modelos teórico-clínicos clássicos, que fundamentaram a prática analítica, mostram-se insuficientes frente a psiquismos marcados por uma dimensão do traumático.

Neste sentido, o presente trabalho procura afirmar como o fenômeno da exclusão social configura-se como experiência traumática, deixando profundas feridas na constituição narcísico-identitária dos sujeitos submetidos a ela. Em decorrência disso, em seguida, buscar-se-á refletir acerca da especificidade das intervenções psicanalíticas nestes *settings* não convencionais, bem como acerca de seus efeitos promotores de saúde no contexto da exclusão social.

### **Reflexões sobre a exclusão social e suas incidências psíquicas**

O caráter complexo do estudo de qualquer fenômeno social impossibilita sua abordagem a partir da leitura centrada em uma única disciplina. Ao fazê-lo, corre-se o risco de cair em um reducionismo prejudicial, tentativa de impor a hegemonia teórica de uma disciplina sobre as outras (Birman, 2009). Diante do fenômeno da exclusão social, nosso objeto de análise neste artigo, coloca-se a questão de como a psicanálise, enquanto disciplina que articula o social e o subjetivo em sua produção teórico-clínica, poderia contribuir para a discussão.

A exclusão social possui determinantes econômico-sociais e político-ideológicos complexos e multifacetados, que não cabem no escopo deste trabalho. O que se procura pensar aqui é como a vivência da exclusão social desempenha importante e significativa influência no funcionamento psíquico daqueles que a sofrem. A psicanálise, enquanto saber que tem responsabilidade ética a respeito do sofrimento humano, deve estar preparada para intervir neste cenário, com esta parte da população que se encontra excluída dos divãs, mas presente no cotidiano de cada um de nós.

Viñar (2007), Plastino (2001) e Bastos e Proença (2006), baseados em importantes pensadores das ciências sociais – como Zygmunt Bauman, Anthony Giddens, Jean Baudrillard e Jean Baudrillard –, afirmam que a exclusão social tem íntima relação com a crise civilizatória do século XXI, desencadeada pela perda da universalidade dos valores éticos burgueses, consagrados pela Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Estes autores são taxativos ao dizer que a lógica neoliberal globalizada da contemporaneidade acaba por destituir o “cidadão” de seu lugar de detentor de direitos, colocando em seu lugar a figura do “consumidor”, detentor de um poder (maior ou menor) de compra.

Nunca se produziu tanto e em nenhum tempo a felicidade foi relacionada de maneira tão direta ao consumo, de modo que os valores éticos tradicionais, supostamente ultrapassados, são paulatinamente substituídos pela necessidade de ter, dando forma a uma equação em que ter é igual a poder. Tal lógica acaba por considerar aqueles que não têm (nada ou quase nada) como aqueles que não podem. Não podem consumir e, tampouco, produzir, pois estão em número excessivo para um mercado que cada vez mais investe em tecnologia e cada vez menos precisa de mão de obra. Os excluídos sociais “são, simplesmente, os que sobram: o resto. Um incômodo resto” (Bastos, 2006, p. 58).

Apesar de a exclusão social não ser um fenômeno exclusivo dos nossos tempos, ela adquire contornos perversos na contemporaneidade, como defende Violante (2000). No

nível dos discursos, se reconhece uma lei que fala de direitos iguais para todos e que toma forma na Constituição Federal. No nível da realidade social, no entanto, tal discurso é desmentido, uma vez que não consegue escamotear a realidade de exclusão e discriminação dos “desamparados” definidos por esta mesma Constituição.

Viñar (2007) nos diz que não se deve compreender o fenômeno da exclusão social como algo restrito a um estado carencial ou de miséria social, mas também, e mais fundamentalmente, pela perda de um horizonte de futuro e pela perda na inscrição da genealogia, que sancionam nosso pertencimento, que fundam nossa identidade. Na urgência da necessidade, a possibilidade de construção de um passado e de um futuro é derrubada. O sujeito passa a não ter condição de inventar-se para responder à condição de estar vivo – o que se configura como algo potencialmente traumático, como buscaremos desenvolver ao longo deste trabalho.

Ao procurar analisar os aspectos traumáticos da violência contemporânea a partir do enfoque da exclusão social, Bastos (2006) e Kemper (2013) afirmam que o sofrimento advindo da exclusão social tem dimensões muito mais profundas do que aquele advindo do mal-estar na cultura, conforme definido por Freud já em 1930. Para Freud (1930/2010b), apesar de sofrermos com um corpo destinado à ruína e com a fúria da natureza, diante da qual somos impotentes, seria a vinculação com os outros seres humanos a nossa maior fonte de sofrimento. E isto decorreria da luta permanente que tem lugar na cultura humana entre a força unificadora de Eros e a hostilidade entre seus membros, movimento que se configura como obstáculo à livre descarga pulsional. Neste sentido, a possibilidade da vida em civilização, de acordo com Freud, se faz a partir da renúncia pulsional.

Contemporaneamente, porém, a exclusão social revela um sofrimento muito mais profundo do que aquele advindo da renúncia pulsional em nome de uma aceitação e pertencimento sociais. A exclusão vai nos remeter à impossibilidade de participar do pacto social, de ser reconhecido. Tal ausência de reconhecimento terá significativas implicações subjetivas.

Conforme sustenta Kemper (2013), é o reconhecimento que vai permitir ao indivíduo constituir-se subjetivamente; que vai permitir que ele seja nomeado enquanto tal por aqueles com quem partilha os laços sociais, bem como por ele próprio. Diante de uma parcela da sociedade que se encontra invisível e, portanto, não reconhecida pela ordem social, é possível pensarmos na existência de difíceis (mesmo, insuperáveis) entraves que ameaçam sua constituição narcísico-identitária.

A lógica nefasta da exclusão evidencia o esgarçamento da tessitura social através da pobreza, da violência, da insalubridade, do desemprego e das limitações de oportunidades, deixando transparecer a precariedade na qual esses indivíduos se encontram – o que não se restringe a uma precariedade objetiva, mas aponta também para um empobrecimento do laço social, uma precariedade da inscrição simbólica. O excluído é aquele que não é visto, não é reconhecido, não pertence.

No trabalho que realizamos no Projeto Travessia, nos deparamos constantemente com situações e relatos que explicitam a crueza da dor que tais experiências provocam. Na tentativa de dar um contorno mais nítido a nossas reflexões acerca da exclusão social, traremos um breve relato de um dos grupos realizados com os educadores sociais da ONG em que o Travessia desenvolve suas atividades.

A proposta do Travessia é incentivar os participantes dos Grupos de Imaginação a uma reflexão sobre o seu existir. Sabemos o quanto é difícil para estas pessoas que se dedicam a ser

educadores sociais desempenhar esta tarefa. O contato muito próximo com as crianças – e todas as complexas questões identificatórias que ali se apresentam – remete-os a um passado doloroso do qual parecem constantemente tentar escapar, ainda que os recursos (materiais e psíquicos) de que dispõem sejam precários. É muito importante perceber que estes educadores foram crianças nas mesmas condições daquelas com as quais estão trabalhando agora.

Pobreza, fome, maus-tratos físicos, abandono, negligência – somente para nomear algumas figuras traumáticas do desamparo com o qual estes indivíduos tiveram de lidar desde muito cedo, sem que tivessem um aparato psíquico capaz de metabolizar tamanha violência. Dilacerados psiquicamente por essas experiências, os educadores se deparam com o insuportável de perceber que a mesma violência que sofreram é infligida às crianças com que trabalham.

Nesta atividade com os educadores, propomos ver mensalmente um filme ou documentário que guarde algum traço associativo com aquilo que foi discutido no grupo anterior, de modo que não há nada predefinido, tudo é pensado a partir da própria conversa. Tal proposta segue a ideia de que o uso de recursos culturais opera movimentos de identificação que fornecem elementos para os processos de simbolização (Petit, 2008; Figueiredo, 2014b).

Nos grupos com os educadores, aparece constantemente a questão da exclusão social, em suas diferentes formas. Segue um breve relato do que se passou no grupo a partir do estímulo do filme *5x favela: agora por nós mesmos*<sup>4</sup>.

*Pergunto que sentimentos eles experimentaram assistindo ao filme. Um deles, com o rosto bastante vermelho e olhos marejados, fala que “o filme é quase a minha vida”, que aquilo era o que eles viviam na comunidade e que o episódio do violino o deixou arrepiado, porque teve uma vida bem próxima a isto. Continua: “Com 6 anos eu perdi a minha mãe, aos 7, o meu pai, e fui morar na casa do ‘dono do morro’. Eu era tipo um escravo dele, fazia tudo na casa. Convivia com armas, por muito tempo fui ‘avião’... Aos 12 anos eu ia pegar droga sozinho no aeroporto. Vivi muita coisa... Me sentia completamente sozinho, com medo. Fui enlouquecido até meus 16 anos. Já levei muita porrada da polícia, já tive minha casa toda destruída por ela, que invadiu para procurar arma... Quebraram todo meu banheiro, reviraram minha casa. Também já vi bandidos matando um homem com um tiro no ânus: o traficante parou todo mundo na rua, mandou o cara que não pagou tirar a roupa e meteu a arma no ânus e atirou, a bala saiu por cima, um horror... Mas esta é a vida aqui. Agora está um pouco melhor, mas a violência ainda acontece”. Digo a ele que deve ter sido muito difícil ter vivido deste jeito. Tentei aplacar um pouco a minha própria emoção diante de uma realidade tão cruel como esta.*

Em outro momento do grupo, uma das educadoras diz que “às vezes, nos comportamos assim para dar conta da angústia de nada ter”. Esta fala é dita quando alguém da roda faz um comentário sobre o último episódio do filme, que se passa em uma situação muito específica: a falta de luz na comunidade na noite de Natal e o descompromisso das empresas prestadoras de serviço para resolver o problema. A desconsideração é algo ressaltado por todos, marcando a invisibilidade destas pessoas. Em um misto de ódio e amor, resolvem seus problemas juntando toda a rua e comemorando todos juntos no único ponto de luz que

4 Lançado em 2010, o filme *5 x favela, agora por nós mesmos* tem cinco episódios, escritos, dirigidos e realizados por jovens cineastas moradores de favelas do Rio de Janeiro; com 95 minutos de duração, foi produzido por Carlos Diegues e Renata de Almeida Magalhães. Seu título evoca o filme *5 x favela*, de 1962.

existia, fazendo a festa de Natal debaixo do poste que o funcionário do prestador de serviço, depois de muita ameaça e colocando seu emprego em perigo, conseguiu acender fazendo um “gato”. Assim, as situações vão acontecendo sem muitas particularidades, mas com coletividade, mistura de sentimentos e muita confusão, causada pelos sentimentos de não reconhecimento, de impotência, de invisibilidade...

A dura realidade da exclusão social apresenta profundas implicações psíquicas, que são da ordem do traumático. É sobre tal articulação que vamos nos debruçar a seguir, retomando brevemente algumas teorizações a respeito do conceito de trauma na teoria psicanalítica, buscando enlaçá-lo ao fenômeno da exclusão social, como veio sendo pensado.

### **O conceito de trauma e sua interface com a exclusão social**

O conceito de trauma apresenta-se de forma complexa na obra freudiana, uma vez que, apesar de nunca ter sido definido metapsicologicamente de forma acabada, permeou a teoria do início ao fim – desde os escritos “pré-psicanalíticos”, passando pelo *tournant* de 1920, até os últimos textos de sua obra. Tendo isto em vista, cabe aqui precisar o que se está chamando de trauma e como esta definição ajudará a pensar o fenômeno da exclusão social.

Em “Além do princípio do prazer” (1920/2010a), Freud propõe uma concepção econômica do trauma, que se instala devido à correlação entre o excesso de excitações que o evento traumático comporta e a fragilidade das fronteiras egoicas do sujeito. O traumatismo seria definido como o arrombamento, numa larga extensão, do sistema protetor de paraexcitação, de modo que a intensidade das excitações ameaçaria destruir o aparelho psíquico como um todo. Diante disso, faz-se necessário mobilizar as forças disponíveis para o processo de defesa, recriando a barreira que limita o afluxo de excitações e, assim, permitindo o restabelecimento das condições de funcionamento do princípio de prazer, posto em xeque pelo excesso do afluxo de excitações, indomável para o aparelho.

Frente à ameaça de irrupção de um excesso pulsional na tópica psíquica e com o fracasso do princípio de prazer, outras formas de ação são requeridas para dominar o excesso irrepresentável. O psiquismo recorre a modalidades de defesa de tipo mais arcaico, o que aponta para um curto-circuito dos processos psíquicos mais elaborados. A compulsão à repetição surge, então, como tentativa radical de dominação das intensidades que inundam o aparelho psíquico e invadem o ego.

Já em “Moisés e o monoteísmo” (1939/1996), Freud caracteriza o trauma como o conjunto de experiências sobre o próprio corpo do indivíduo ou percepções sensoriais, principalmente de algo visto ou ouvido, experimentadas muito cedo e posteriormente esquecidas. Segundo ele, os traumas “relacionam-se a impressões de natureza sexual e agressiva, e, indubitavelmente, também a danos precoces ao ego (mortificações narcísicas)” (Freud, 1939/1996, p. 89). As características de aparecerem precocemente, serem esquecidos e terem conteúdo sexual-agressivo estão estreitamente vinculadas na definição etiológica dos traumas.

O trauma cria um enclave no psiquismo, verdadeira clivagem que impede qualquer transformação do seu conteúdo. A ação negativa ataca os processos de ligação pulsional, trazendo um efeito paralisante dos processos de subjetivação. E dificulta qualquer possibilidade de narrativa acerca do ocorrido, desafiando os processos de memória e as possibilidades de elaboração psíquica.

Deste modo, o traumático poderá ser compreendido como aquilo que pode provocar alterações no ego que permanecem como cicatrizes no psiquismo, “mortificações narcísicas”. Tais cicatrizes perturbam e reforçam os mais arcaicos operadores defensivos, como a negação, a clivagem, a projeção, a idealização, a onipotência etc.

Muitos autores contemporâneos dedicaram-se a investigar mais detidamente as “pistas” deixadas na obra freudiana acerca do trauma, aprofundando algumas considerações importantes para a problemática em questão neste trabalho. Um deles foi René Roussillon, que propôs um modelo de entendimento daquilo que denominou de “sofrimentos narcísico-identitários”.

Roussillon define os “sofrimentos narcísico-identitários” como “uma organização defensiva contra os efeitos de um traumatismo primário clivado, e a ameaça que este, submetido à compulsão à repetição, continua provocando à organização da psique e da subjetividade” (1999, p. 9). Aqui, ele lança mão do conceito de “traumatismo primário”, pondo acento sobre o processo de clivagem que o acompanha e que afeta diretamente a constituição narcísica do sujeito.

O traumatismo primário fala de experiências traumáticas muito precoces que provocaram no sujeito um transbordamento pelo desamparo, dando vazão a um desespero essencial que ameaça a existência da subjetividade e da organização psíquica como um todo. Diante do traumatismo primário, a última saída parece ser a clivagem egoica. No entanto, a clivagem é uma saída extrema e paradoxal, uma vez que, para sobreviver psicologicamente, o sujeito “mata” uma parte do próprio psiquismo. Ele não integra mais o estado traumático, não o sente, descentrando-o de si mesmo, de sua experiência subjetiva.

Uma vinheta de um dos Grupos de Imaginação com crianças nos permite seguir esta experiência traumática precoce que provoca um transbordamento pelo desamparo e que retorna em forma de ato e apresentação, aos moldes de um “retorno do clivado”. A dramatização presente na sessão parece expor a precária organização psíquica que busca alguma elaboração e reconstrução – ou seria construção? – através de um *continuum* entre as emoções e o nível sensorial.

*Um grupo de crianças com idade entre 9 e 11 anos sugere aos terapeutas que eles contem um início de história a partir do qual poderiam dar seguimento. Em um dado momento, surge na narrativa criada pelas crianças um personagem que, no decorrer do enredo, se encontra na delegacia. Uma menina, com ar entristecido, diz que preferia não continuar com a história, uma vez que seu pai estava preso.*

*O grupo resolve mudar a atividade e passa a desenhar. A menina que havia solicitado a interrupção da história desenha um homem na prisão com um balão em que se lia “Estou com saudades da minha filha”. Outra criança, prima desta primeira, escreve uma carta endereçada a esta menina dizendo que a ama muito, e esta, por sua vez, responde à manifestação de carinho da prima. Em seguida, ambas param suas atividades e começam a se abraçar, e o abraço se transforma em movimentos em que seus corpos se roçam, mimetizando uma relação sexual. Após alguns instantes, se separam e uma delas passa a roçar seu corpo no travesseiro, chamando-o de “meu namorado”. Um menino fala que seu pai havia morrido caindo da escada, e a menina que antes falara de seu pai preso começa a rir da situação de vida do colega.*

*Os terapeutas são tomados por um forte impacto emocional e sentem-se com poucos recursos – à semelhança das próprias crianças? – para lidar com o material apresentado. Neste momento,*



*colocam-se na posição de suportar o testemunho, compreendendo as atividades “masturbatórias” e a risada como descarga e deslocamento de uma dor insuportável e, ao mesmo tempo, como uma tentativa de gerenciar e de se sentir potente. Compreendem a morte e a ausência do pai preso como vivências de desamparo que necessitam ser acolhidas de forma empática.*

Roussillon (1999) propõe que o processo dissociativo, a que denominou “clivagem ao ego”, divide o psiquismo entre uma parte representada e uma parte não representável, processo paradoxal através do qual o ego, para sobreviver psicologicamente à morte traumática, acaba por cortar de si próprio uma parte da experiência subjetiva, dando então origem a uma zona traumática irrepresentável clivada, alheia ao ego, no interior do psiquismo. Ante a ameaça de aniquilamento traumático, de desintegração, o ego se extirpa de uma parte de si para salvaguardar-se como um todo (Borges & Cardoso, 2011).

No entanto, ao se clivar a experiência traumática, esta não desaparece; ao contrário, retorna a partir da reativação de traços perceptivos, submetidos à compulsão à repetição. Esses traços perceptivos, marcas, serão reativados frente ao menor índice de percepção que se assemelhe à experiência traumática sofrida, de modo que o ego sentir-se-á novamente ameaçado frente ao retorno da experiência traumática, a qual foi tão extrema a princípio que o fez clivar-se de uma parte de si próprio. O clivado ao ego tende a retornar, e, como ele não é de natureza representativa, esse retorno se dá em forma de ato: é atuando-se que o clivado ameaça manifestar seus efeitos, que ameaça reproduzir o estado traumático anterior.

Desse modo, a clivagem ao ego não é suficiente para a defesa egoica. Serão necessárias outras defesas contra o retorno do clivado, defesas complementares para tentar ligar e estancar de maneira estável esse retorno. Esse conjunto de defesas – o qual tem como ponto comum o empobrecimento do ego, i.e., uma série de prejuízos narcísicos frente à alienação de uma parte egoica para garantir a sobrevivência psíquica – é o que caracterizará o quadro clínico que Roussillon (1999) chamou de “sofrimentos narcísico-identitários”.

O que se procura propor como hipótese neste trabalho é que tal quadro clínico dos “sofrimentos narcísico-identitários” possa ser ampliado, de modo a incluir nele as organizações psíquicas conturbadas pela experiência traumática da exclusão social. O sujeito excluído (seja ele um indivíduo, um grupo ou um povo) sofre ao ser gravemente atingido no seu sentido de existência, e este sofrimento pode se apresentar de formas múltiplas:

Ele pode se mostrar como violência social, como depressão, como adição a drogas, como psicoses francas mesclando estas diferentes formas, numa indefinição diagnóstica. A multiplicidade e indefinição de apresentações revela que a exclusão, como doença social que é, repete da matriz da qual se originam suas principais características: a fragmentação, a ausência de uma forma fixa e definida, a mobilidade. No entanto, o que é comum a todos que dela sofrem – quer apresentem sintomas, quer não – é um sentimento indizível, uma angústia sem nome: a angústia do desligamento, a do não pertencimento. Desligados socialmente, não pertencendo ao sistema, os excluídos são invisíveis. Ninguém os vê, ninguém lhes fala. [...] O não reconhecimento social dos excluídos é um mecanismo de negação (Bastos, 2006, p. 58).

O “não reconhecimento social dos excluídos” aponta para a existência de feridas narcísicas precoces que afetam a apropriação do sentido de existência daqueles que o sofrem.

Segundo Moraes e Macedo (2011), estaríamos no campo da “vivência de indiferença”, a qual se configura como o não reconhecimento da diferença que a existência do outro aporta aos encontros intersubjetivos, e que acaba por mutilar a apropriação do sentido de existência desse outro, uma vez que ele não é reconhecido em sua alteridade. Desse modo, suas fronteiras egoicas sofrem uma fratura, uma mutilação do direito de existir que o relega à condição de invisível, não reconhecido, não pertencente, excluído.

Feridos precocemente em sua constituição narcísica, esses sujeitos desenvolvem precariamente o senso de coesão e de pertencimento individual e social, prevalecendo a desintegração decorrente da clivagem de determinados aspectos das experiências vividas. São pessoas que não se sentem possuindo um lugar no mundo que possam chamar de seu.

Todo esse percurso exige um trabalho complexo que se dá em direção à possibilidade da construção de processos representacionais, na tentativa de (re)significar esses vividos traumáticos e lhes encontrar um destino diferente do que a atuação e a repetição.

No entanto, a proposição de atuação em *settings* diferentes do clássico acarreta grande inquietação quanto à possibilidade de sustentar a posição do analista diante de processos prioritariamente em estado de “deserto psíquico”, onde não há nada (ou quase nada), tudo (ou quase tudo) está vazio, nada (ou quase nada) faz sentido, nada (ou quase nada) se liga. Diante disso, configurar-se-á como grande desafio a necessidade de criar condições de trabalho psíquico, de processos de simbolização que possam vir a romper a lógica da compulsão à repetição.

### **Uma possibilidade de intervenção psicanalítica**

No intuito de oferecer um espaço de confiança através dos Grupos de Imaginação, vamos criando tramas e acolhendo dramas na tentativa de propiciar um existir mais autêntico, menos atuado e mais verdadeiro, alinhando os sentimentos de pertencimento e de reconhecimento necessários para uma existência.

Frente a situações tão traumáticas vivenciadas por todos nas comunidades, cabe a nós, agentes de cuidados, garantir uma continuidade (função de *holding*) para uma possível transformação (função de continência), de modo que as pessoas possam vir a experimentar este senso de realidade (Figueiredo, 2012).

Compreender a precariedade existente nas comunidades e oferecer este espaço potencial, se é que podemos assim nomeá-lo, faz toda a diferença para as pessoas envolvidas. A realidade experimentada nestes lugares é crua e cruel.

Na condição de trabalho de psicanálise extensa, teremos que nos ocupar, de forma ainda mais concentrada, das variáveis sociais e culturais que se infiltram em nossas atividades, por vezes desarticulando permanentemente o cenário, colocando-nos vulneráveis em nossa tarefa de sustentação.

O primitivo que ali se encontra acaba também nos desorganizando psicologicamente, nos fragilizando. Este nos parece ser um fator importante, pois provoca rupturas e descontinuidades. A desorganização que sentimos inicialmente neste tipo de trabalho é o que eles vivem diariamente. Os traumas são reatualizados constantemente. A continuidade, neste aspecto, é precária.

As ações de cuidado que promovemos têm como meta resgatar o traumático para que ele possa ser (re)vivido, (re)significado, de forma a ser elaborado e transformado. Neste



sentido, o grande desafio dos processos terapêuticos será estabelecer um espaço de confiança para que as etapas primárias de simbolização possam ser desenvolvidas. Ao se criar tal espaço, abrem-se as possibilidades de recuperar traços simbólicos interrompidos pelas vivências traumáticas. Nesta configuração, não basta que o analista sobreviva: ele terá que ter uma presença implicada e em reserva (Figueiredo, 2012).

A partir da concepção aqui proposta acerca do peculiar da exclusão social, entendemos que a escuta das narrativas e das ações serve de ponto contínuo de referência para definir as intervenções terapêuticas. Segue-se uma situação ilustrativa, concebida como trabalho conjunto entre subjetividades, realizada em um dos Grupos de Imaginação do Projeto Travessia.

*Em encontros consecutivos, meninos e meninas se agitam de forma desorganizada, gritam, se batem e se xingam. Recusam as atividades propostas por algum deles ou pelos mediadores do grupo. Avaliamos esta movimentação como possível expressão de resistência ao trabalho, talvez motivada pelas mudanças recentes ocorridas na equipe de estagiários, que acarretaram o afastamento de pessoas muito queridas pelas crianças. De certa forma, pareciam encenar a desintegração de seus mundos internos ativada pela descontinuidade externa da equipe.*

*Neste grupo, parecia não ter sido possível evitar a atualização do sentimento de ameaça diante da descontinuidade vivida. Essas crianças convivem cotidianamente com a precariedade e a descontinuidade de toda sorte de coisa. Conjecturamos que elas vivenciavam e expressavam esse sentimento disruptivo agora naquele espaço protegido.*

*Este grupo possuía a característica de uma formação mais numerosa do que a recomendável: doze crianças e três mediadores. Ao aceitar esse arranjo, combinamos com as crianças que tentaríamos acolher todas as solicitações de participação, porém, realçamos que iríamos avaliar as condições de trabalho no decorrer do tempo. Após algumas semanas, aqueles meninos e meninas pareciam se encontrar em pé de guerra, sem se conter em si mesmos. Da parte dos mediadores, vivenciávamos a turbulência sem saber qual direção ela iria tomar. Algumas poucas crianças permaneciam em silêncio todo o tempo, como que paralisadas; outras reclamavam de os nossos encontros serem chatos, apesar de retornarem na semana seguinte. Ficamos neste clima caótico por alguns encontros.*

*Após grande reflexão, decidimos propor ao grupo a divisão em dois grupos menores, sendo que mais uma colega experiente comporia a nova equipe. Por sugestão das próprias crianças, os grupos foram divididos em “meninos pra lá, meninas pra cá”. Mesmo tendo sido acatada a proposta das crianças, as queixas se mantiveram, agora focadas na insatisfação de alguns estarem sendo novamente separados de seus mediadores. Naquele momento, não havia possibilidade de alguma satisfação pessoal ou grupal.*

*Na nova composição, e apesar das dificuldades expressas pelas queixas, os meninos aceitam a proposta de elaboração conjunta de uma música. Eles pareciam agora se sentir com algum nível de coesão. Em poucas sessões, passaram a ficar animados e empenhados com a composição musical. Neste período, duas novas crianças solicitaram a entrada no grupo, o que foi aceito por todos. Esses novos integrantes imprimiram uma interessante dinâmica grupal, mais colaborativa.*

*O grupo das meninas verbalizava enfaticamente a melhoria do convívio entre elas sem a presença dos meninos. Inicialmente, o trabalho com elas se organizou em torno da leitura de livros acompanhada de conversas. Líamos em voz alta o que cada uma sugeria. Uma criança propõe a leitura da história que fora recomendada por sua igreja, e assim lemos e encenamos “A vovó do coração de pedra”. Incorporamos ao trabalho massinha de modelar, compondo histórias variadas.*

*O trabalho corria produtivo em cada grupo separadamente. Perto do final do semestre, os meninos propõem uma apresentação musical para as colegas do outro grupo. As meninas prontamente aceitam o convite para assistir ao show de música. Todos compartilharam com animação este encontro.*

*Na semana seguinte, como efeito cascata, as meninas produzem também um show de dança e convidam os meninos para vê-las. Pareciam encenar mutuamente a possibilidade de convivência mais harmoniosa, em que a proximidade entre meninos e meninas pode ser vivida de forma criativa, respeitosa e prazerosa. Sentiam-se orgulhosos de se mostrarem em suas qualidades e potência.*

Este trabalho de testemunha e de continência é compreendido como um desenrolar de funções em direção a uma possível apropriação subjetiva, como condição para as crianças virem a se escutar em um cenário de confiança. É nesta convocação de função materna que o grupo se apoia e se mantém em sua atividade semanal. O grupo parece convocar os mediadores a ocupar o lugar de objeto primário a fim de se estabelecer o início de algum enlace simbólico. É importante realçar que as crianças percebem os Grupos de Imaginação como local de dizerem o que não pode ser dito em outros contextos – “aqui falamos de coisas diferentes do que falamos lá fora”. Neste sentido, tais grupos comportam-se de forma distinta das outras atividades de cunho pedagógico oferecidas pela instituição parceira.

Como coloca Kemper,

é a possibilidade de falar, de significar, de transformar vivência em experiência que permite a inscrição simbólica, e, portanto, a inclusão. Compartilhar experiências está na base da subjetivação, do que caracteriza o humano como ser social. A narrativa é uma forma de afirmar o desejo, um espaço de troca, que abre a novas possibilidades e permite um repertório de estratégias subjetivantes no encontro com a rede social (2013, p. 114).

No trabalho realizado pelos Grupos de Imaginação, um dos objetivos principais é o de criar este espaço de troca para brincar em segurança e assim estabelecer condições de transformar a dor – em estado bruto – em algum elemento que poderá um dia se transformar em processo simbólico. Para tanto, concebemos que as narrativas (verbais e não verbais) contêm uma carga de mensagem, mesmo que não sejam imediatamente passíveis de compreensão. Nos grupos com as crianças e com os adultos se faz presente um constante uso de formas primitivas de comunicação do tipo “sinta o que eu sinto, mas que não consigo reconhecer de imediato como meu”, naquilo que Bion (1961/1988) nomeou de “identificação projetiva realística”.

Na sessão, procurando apreender os conteúdos psíquicos inconscientes, lançamos mão de tudo o que ressoa nos terapeutas e eles transformam (na medida de suas possibilidades) em conversa mais ou menos estruturada. Essa “escuta polifônica”, conforme definida por Figueiredo (2014a), fala de uma intensa comunicação intersubjetiva que possibilita alçar patamares diversos de simbolização. Nosso objetivo é buscar abrir espaço para o compartilhamento de outras emoções – que não apenas o medo e a angústia –, em movimentos sutis de integração e consolidação egoica.

Nesta atividade, trata-se muito mais de uma escuta que possibilite o manejo do que de interpretações mirabolantes. Torna-se imprescindível reorganizar o nosso trabalho, para que seja manejável internamente para nós mesmos e depois para os participantes. O diferencial

que podemos apontar em relação a outros trabalhos desenvolvidos por profissionais de saúde será a disponibilidade de ter como instrumento de cuidado a própria mente do analista.

### ***La dimensión traumática de la exclusión social***

**Resumen:** *La exclusión social es un fenómeno que afecta a gran parte de la población brasileña y nos plantea, como psicoanalistas, una cuestión ética frente al sufrimiento que ella vincula. Desde la reafirmación de la exclusión social como experiencia traumática, el artículo busca pensar los aspectos teórico-clínicos involucrados en la práctica extensa con poblaciones vulnerables, habitantes de favelas en la ciudad de Rio de Janeiro.*

**Palabras clave:** *exclusión social; trauma; intervenciones psicoanalíticas; clínica extensiva.*

### ***The traumatic dimension of social exclusion***

**Abstract:** *Social exclusion is a phenomenon that affects a large part of the Brazilian population and presents us, as psychoanalysts, with an ethical issue in face of the suffering it promotes. By reaffirming social exclusion as a traumatic experience, this paper aims to ponder on the theoretical and clinical aspects associated with extensive practice with vulnerable populations, inhabitants of slums in Rio de Janeiro.*

**Keywords:** *social exclusion; trauma; psychoanalytic interventions; extensive clinic.*

### **Referências**

- Bastos, L. A. M. (2006). Exclusão social: aspectos traumáticos da violência contemporânea. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 39(4), 57-60.
- Bastos, L. A. M. & Proença, M. A. (2006). Psicanálise e interface social. *Trieb*, 5(2), 205-220.
- Bion, W. R. (1988). Uma teoria sobre o processo de pensar. In W. R. Bion, *Estudos psicanalíticos revisados* (W. M. M. Dantas, trad., pp. 101-110). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1961).
- Birman, J. (2009). *Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade*. Rio de Janeiro: Record.
- Borges, G. M. & Cardoso, M. R. (2011). Clivagem mortífera e guardiã e Eros. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 14(4), 599-610.
- Figueiredo, L. C. (2012). A metapsicologia do cuidado. In L. C. Figueiredo, *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea* (2ª ed., pp. 131-151). São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, L. C. (2014a). Escutas em análise / Escutas poéticas. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(1), 123-137.
- Figueiredo, L. C. (2014b). *Notas sobre os trabalhos psíquicos e saúde mental*. Texto não publicado.
- Freud, S. (2010a). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. de Souza, trad., Vol. 14, pp. 161-239). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (2010b). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. de Souza, trad., Vol. 18, pp. 13-122). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (1996). Moisés e o monoteísmo. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 23, pp. 13-150). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1939).
- Kemper, M. L. C. (2013). Invisibilidade, identidade e laço social na contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquica e social. *Cadernos de Psicanálise do CPRJ*, 35(29), 105-125.
- Moraes, E. G. & Macedo, M. M. K. (2011). *Vivência de indiferença: do trauma ao ato-dor*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Petit, M. (2008). *A arte de ler ou Como resistir à adversidade* (A. Bueno & C. Boldrini, Trans.). São Paulo: Editora 34.

- Plastino, C. A. (2001). *O primado da afetividade: a crítica freudiana ao paradigma moderno*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Roussillon, R. (1999). Traumatisme primaire, clivage et liaisons primaires non-symboliques. In R. Roussillon, *Agonie, clivage et symbolisation* (pp. 9-34). Paris: PUF.
- Viñar, M. (2007). *O que pode um psicanalista dizer sobre a exclusão social*. Texto não publicado. (Trabalho apresentado no evento Rio, que cidade é essa?).
- Violante, M. L. V. (2000). A perversidade da exclusão social. In D. L. Levisky (Org.), *Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira* (pp. 63-75). São Paulo: Casa do Psicólogo.

[Recebido em 3.6.2014, aceito em 24.6.2014]

Maria Teresa Naylor Rocha  
Rua Jardim Botânico, 636/606  
22470-050 Rio de Janeiro, RJ  
Tel: 21 99635-1178  
mtnrocha@terra.com.br

Maria Teresa Silva Lopes  
Rua Marquês de São Vicente, 158/104 fds.  
22451-040 Rio de Janeiro, RJ  
Tel: 21 99644-1843  
mariateresalo18@gmail.com

André Luiz Alexandre do Vale  
Rua São Salvador, 14/402  
22231-130 Rio de Janeiro, RJ  
Tel: 21 99628-6444  
alavale88@gmail.com